



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

EDITAL DO PREGÃO ELETRÔNICO N. 25/2009-E

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO: 2012/2009-JF/SE

OBJETO: Registro de Preços para aquisição de bens de informática, para atender as necessidades da Justiça Federal do Estado de Sergipe.

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO

FUNDAMENTO LEGAL: LEI n. 10.520/02, Decreto n. 3.555/00, Decreto n. 5.450/05, Decreto n. 3.931/01, Lei Complementar 123/06, e Lei 8.666/93 e alterações.

ABERTURA: DATA: 17/12/2009
HORA: 14 horas (horário de Brasília)
Endereço Eletrônico: www.comprasnet.gov.br

TELEFONE: (79) 3216-2300 – CPL/Pregão

FAX: (79) 3216-2244 - SECOM



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

A **UNIÃO FEDERAL**, pelo presente edital e através da **JUSTIÇA FEDERAL – Seção Judiciária do Estado de Sergipe**, CNPJ n. 05.426.567/0001-48, situada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Centro Administrativo Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju/SE, torna público que o Pregoeiro deste Órgão, nomeado pela Portaria n. 051/09 - DF, realizará o certame licitatório em epígrafe, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, do tipo **menor preço**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, em que se observarão os preceitos de direito público e, em especial, as disposições contidas na Lei nº 10.520/02, do Decreto nº 3.555/00, Decreto nº 5.450/05, Decreto nº 3.931/01, Lei Complementar nº 123/06, e Lei 8.666/93 e alterações posteriores, sendo regida pelas condições estabelecidas no presente Edital e seus respectivos anexos.

1 – DO OBJETO

- 1.1.** A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS** para aquisição de bens de informática, para atender as necessidades da Justiça Federal do Estado de Sergipe, de acordo com as especificações e quantitativos detalhados no Termo de Referência - Anexo I.

2 – DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

- 2.1.** No dia, hora e local indicados a seguir se fará a abertura do certame:

DATA: 17/12/2009, ou no primeiro dia útil subsequente, na hipótese de não haver expediente nesta data.

HORA: 14: 00h (catorze horas) – horário de Brasília/DF.

ENDEREÇO ELETRÔNICO: www.comprasnet.gov.br

3 – DO PRAZO DE VALIDADE

- 3.1.** A Ata de Registro de Preços terá validade de 01(um) ano, contado a partir da data de sua assinatura, se ficar comprovada vantagem à Administração.
- 3.2.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 3.3.** As quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I – são estimativas máximas para o período de vigência da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Justiça Federal – Seção Judiciária do Estado de Sergipe – o direito de adquirir de cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

4 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1.** Poderão participar deste **PREGÃO ELETRÔNICO** as empresas que atendam às condições deste Edital e seus Anexos, inclusive quanto à documentação e estiverem devidamente credenciadas na Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação -



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

SLTI, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, através do site www.comprasnet.gov.br.

- 4.2. A SLTI atuará como órgão provedor do sistema eletrônico.
- 4.3. Como requisito para participação no Pregão Eletrônico, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação do presente Edital.
- 4.4. Todos os custos decorrentes da elaboração e apresentação de propostas serão de responsabilidade exclusiva da licitante, não sendo a Justiça Federal – Seção Judiciária de Sergipe, em nenhum caso, responsável pelos mesmos, inclusive, pelas transações que forem efetuadas em seu nome no Sistema Eletrônico ou de eventual desconexão.
- 4.5. Não será admitida nesta licitação a participação de empresas;
 - 4.5.1. Que tenham impetradas pedido de falência, de recuperação judicial ou extrajudicial, ou ainda, ajuizado concordata anteriormente ao início da vigência da Lei nº 11.101/2005;
 - 4.5.2. Cujas falências tenham sido declaradas, ou deferidas a recuperação judicial, ou homologado o plano de recuperação extra; bem como tenha concordata concedida, conforme previsão inserida no art. 192 da Lei nº 11.101/2005;
 - 4.5.3. Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública direta, indireta, federal, estadual, municipal, ou do Distrito Federal ou que estejam suspensas temporariamente de participar de licitações e impedidas de contratar com este órgão;
 - 4.5.4. Que estejam reunidas em consórcios de empresas e que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si, qualquer que seja sua forma de constituição.
 - 4.5.5. Empresas estrangeiras que não funcionem no país.

5 – DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO

- 5.1. Para participar do Pregão Eletrônico, a licitante deverá se credenciar no sistema “PREGÃO ELETRÔNICO” através do site www.comprasnet.gov.br.
 - 5.1.1. O credenciamento far-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha, pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.
 - 5.1.2. O credenciamento da licitante, bem assim sua manutenção, dependerá de registro cadastral atualizado no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que também será requisito obrigatório para fins de habilitação.
 - 5.1.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.
- 5.2. O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou à Justiça Federal –



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

Seção Judiciária de Sergipe, promotora da licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

6 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS

- 6.1.** A participação no pregão eletrônico dar-se-á por meio da digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, no valor unitário para o item cotado, até às 14:00h do dia 17/12/2009, exclusivamente por meio do sistema eletrônico.
- 6.1.1.** A proposta de preços contendo as especificações detalhadas do objeto ofertado deverá ser formulada e enviada em formulário específico, exclusivamente por meio do sistema eletrônico;
- 6.2.** A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como os lances inseridos durante a sessão pública.
- 6.3.** Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão eletrônico, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.
- 6.4.** A licitante deverá obedecer rigorosamente aos termos deste Edital e seus anexos.
- 6.5.** Nas propostas a serem enviadas posteriormente, deverão constar:
- a)** Preço unitário e total do item em moeda corrente nacional, em algarismos, com duas casas decimais, e por extenso, compatíveis com os preços correntes no mercado. Em caso de divergência entre o preço unitário e o total, prevalecerá o primeiro e entre os valores em algarismos e os expressos por extenso, serão levados em conta estes últimos;
 - b)** No preço deverão estar incluídas todas as despesas que influam no custo, tais como: impostos, transportes, seguros, taxas, embalagens e outras despesas necessárias ao fornecimento;
 - c)** Prazo de validade da proposta de, no mínimo, 60(sessenta) dias, a contar da data da sessão deste pregão eletrônico. As propostas que omitirem os prazos de validade das mesmas serão entendidas como válidas pelo período supramencionado;
 - d)** Especificações claras, completas e minuciosas, com detalhamento dos materiais ofertados, inclusive marca, modelo, tipo e referência, observadas as especificações mínimas constantes deste Edital, devendo ser os mesmos novos e primeiro uso;
 - d.1)** O pregoeiro poderá solicitar que a empresa apresente, juntamente com a proposta, catálogos, prospectos com foto ou desenho detalhado dos produtos ofertados;
 - e)** Os seguintes dados da licitante: Razão Social, endereço, telefone/fax, número do CNPJ/MF, e-mail, se houver, Banco, agência, número da conta e praça de pagamento;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- f) Indicar o nome de pelo menos uma assistência técnica local, autorizada pelo fabricante do respectivo equipamento que deverá ser comprovado por meio da respectiva documentação ou endereço da WEB do fabricante;
 - g) Prazo de Garantia mínima de 03 anos, com exceção do item 1.7.
- 6.6.** Os preços cotados deverão ser líquidos, devendo estar neles incluídas todas as despesas com impostos, taxas, fretes, seguros, embalagens, montagem, instalação e demais encargos de qualquer natureza, que se façam indispensáveis à perfeita execução do objeto desta licitação, já deduzidos os abatimentos eventualmente concedidos.
- 6.7.** Não serão admitidas retificações ou alterações nas condições estabelecidas, uma vez recebidas as propostas, exceto no caso de nova disputa por meio de lances inseridos no sistema eletrônico.
- 6.8.** A proposta vencedora ajustada ao lance dado na sessão do Pregão deverá ser imediatamente encaminhada ao Pregoeiro, no prazo máximo de 02(duas) horas contadas a partir da suspensão da Sessão Pública, devidamente comunicada pelo Pregoeiro aos licitantes através de chat, para recebimento e exame preliminar das citadas documentações, por meio do fac-símile n. (79) 3216-2244, como também através do correio eletrônico licitacao@jfse.jus.br, devendo ser apresentados os originais ou cópias autenticadas por meio de cartório competente, no prazo de 05(cinco) dias úteis contados do encerramento da Sessão.

7 – DA DIVULGAÇÃO DAS PROPOSTAS

- 7.1.** O início da Sessão Pública se dará pelo Pregoeiro, via sistema eletrônico, na data e horário previstos neste Edital e realizar-se-á de acordo com o Decreto n. 5.450/05, com a divulgação das propostas de preços recebidas em conformidade com o item 6 e que deverão estar em perfeita consonância com as especificações de fornecimento de material detalhadas no presente Edital e seus Anexos.
- 7.2.** Durante a etapa dos lances não será possível a identificação dos participantes, nem dos autores dos menores lances.
- 7.3.** Os licitantes deverão, durante a Sessão Pública do Pregão, atentar para as informações e recomendações efetuadas pelo Pregoeiro através de chat, não cabendo alegações posteriores de desconhecimento das mesmas.

8 – DA FORMULAÇÃO DOS LANCES

- 8.1.** Aberta a etapa competitiva (Sessão Pública), as licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo a licitante imediatamente informada do seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.
- 8.1.1.** Assim como as propostas, os lances serão ofertados pelo VALOR UNITÁRIO DO ITEM.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 8.2.** As licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado e as regras de aceitação dos mesmos.
- 8.3.** A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.
- 8.4.** Em havendo mais de um lance de igual valor, prevalecerá aquele que for registrado em primeiro lugar.
- 8.5.** Durante a sessão pública do Pregão Eletrônico, as licitantes serão informadas em tempo real do valor do menor lance registrado, sendo vedada a identificação do seu detentor.
- 8.6.** A etapa de lances da sessão pública será encerrada por decisão do pregoeiro. O sistema eletrônico encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá período de tempo de até trinta minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
- 8.7.** No caso de desconexão do Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão Eletrônico, o Sistema poderá permanecer acessível às licitantes para a recepção dos lances, retornando o Pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.
- 8.7.1.** Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10(dez) minutos, a Sessão do Pregão Eletrônico será suspensa e terá reinício somente após a comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.

9 – DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

- 9.1.** Após o fechamento da etapa de lances e suspensão da Sessão, o Pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério do menor preço unitário por item, podendo encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado lance de menor valor para que seja obtido preço melhor.
- 9.2.** O pregoeiro poderá exigir a apresentação de amostra do objeto que compõe o item licitado, a qual deverá ocorrer no prazo máximo de 05(cinco) dias úteis a partir da data de comunicação à empresa. Esta amostra deverá atender a todas as especificações deste Edital, sob pena de desconsideração da sua proposta para efeito de julgamento.
- 9.2.1.** Para atendimento do disposto neste subitem a licitante poderá indicar local onde se encontra referida amostra e, às suas expensas, conduzir os servidores responsáveis para que sejam efetuadas as devidas análises, que serão efetivadas no prazo de 02(dois) úteis;
- 9.3.** Na hipótese de a amostra não ser aceita ou se a licitante vencedora desatender às exigências habilitatórias o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

verificando a sua aceitabilidade, exigindo a apresentação da amostra correspondente e procedendo à sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço unitário por item e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.3.1. Ocorrendo a hipótese anterior o Pregoeiro poderá, ainda, negociar com a licitante, no sentido de obter preço mais vantajoso para a administração.

9.4. Serão desclassificadas as propostas excessivas, assim consideradas aquelas que cotarem preços superiores aos limites previstos no anexo IV (Preço máximo admitido pela Administração), ou que apresentarem preços inexequíveis, irrisórios ou de valor zero, nos termos do art. 48, II, c/c artigo 44, §3º, ambos da lei 8.666/93.

10 – DA HABILITAÇÃO

10.1. Para habilitação neste Pregão Eletrônico, a empresa interessada deverá estar cadastrada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e com a DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA em plena validade.

10.1.1. Finalizada a etapa de lances, a empresa participante terá sua situação de regularidade junto ao SICAF confirmada mediante verificação "on line" do Sistema;

10.2. A licitante deverá apresentar habilitação parcial válida no SICAF ou apresentar os documentos que supram tal habilitação, quais sejam:

10.2.1. Quanto à habilitação jurídica:

- a) Tratando-se de sociedade empresarial, ato constitutivo consolidado, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, com todas as suas alterações, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- b) Tratando-se de sociedades simples, inscrição do ato constitutivo, com todas as suas alterações, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- c) Tratando-se de empresa ou sociedade estrangeiras em funcionamento no País, decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

10.2.2. Quanto à regularidade fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- b) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, através da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativa às Contribuições Previdenciárias, emitida pela Receita Federal do Brasil – RFB -;
- c) Prova de regularidade referente ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- d) Prova de regularidade perante a Fazenda Nacional, que se dará mediante a apresentação da Certidão Conjunta Negativa de Débitos ou Positiva com efeitos de negativa, relativa a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Receita Federal do Brasil –RFB- e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional – PGFN -.
- e) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede da licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- f) As microempresas e as empresas de pequeno porte deverão juntar toda a documentação fiscal exigida. Havendo qualquer restrição tributária, essas empresas terão o prazo de dois dias úteis, contado do dia da declaração do vencedor do certame, para regularizar sua situação junto ao fisco, nos termos dos arts. 42 e 43 da Lei Complementar nº 123/2006 c/c art. 4º, §1º, do Dec. 6204/07;

10.2.3 – Quanto à qualificação econômica-financeira:

- a) Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo distribuidor ou distribuidores (caso exista mais de um) da sede da pessoa jurídica, há menos de 90 (noventa) dias da data de recebimento dos envelopes, mencionada no preâmbulo deste Edital;

- 10.3.** Todas as licitantes também deverão apresentar a seguinte documentação para fins de habilitação:

- 10.3.1.** Declaração, observadas as sanções legais cabíveis, de superveniência de fatos impeditivos da habilitação, a qual será exigida apenas em caso positivo, conforme anexo II;

- 10.3.2.** Declaração, sob as penas da lei, que cumpre o disposto no inciso XXXIII, do art. 7º, da Constituição Federal, conforme Anexo III.

- 10.4.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser imediatamente encaminhados ao Pregoeiro, na forma do item 6.8.

11 – DOS PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS
--

- 11.1.** Qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos referentes ao processo licitatório, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública.

- 11.2.** Os pedidos de esclarecimentos deverão ser enviados ao pregoeiro exclusivamente por meio eletrônico via internet, através do e-mail andrews@jfse.jus.br e licitacao@jfse.jus.br.

12 – DA IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

- 12.1.** Qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão eletrônico, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública.

- 12.2.** Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração deste instrumento, decidir sobre a petição no prazo de vinte e quatro horas.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 12.3.** Acolhida a petição contra o ato convocatório, será designada nova data para a realização do certame.

13 – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS
--

- 13.1.** Declarado o vencedor, qualquer licitante poderá, durante a sessão pública, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de três dias para apresentar as razões de recurso, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contra-razões em igual prazo, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.
- 13.2.** A falta de manifestação imediata e motivada da licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo Pregoeiro à vencedora. Os recursos imotivados ou insubsistentes não serão recebidos.
- 13.2.1.** Intenção motivada de recorrer é aquela que identifica, objetivamente, os fatos e o direito que a licitante pretende que sejam revistos pela autoridade superior àquela que proferiu a decisão.
- 13.3.** O recurso contra decisão do Pregoeiro não terá efeito suspensivo.
- 13.4.** O acolhimento do recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.
- 13.5.** Se não reconsiderar sua decisão, o Pregoeiro submeterá o recurso, devidamente informado, à consideração da Diretoria do Foro da Justiça Federal – Seção Judiciária de Sergipe, que proferirá decisão definitiva antes da homologação do procedimento.
- 13.6.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados na Seção de Licitações e Contratos, no 1º Andar do Edifício-sede da Justiça Federal, na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Centro Administrativo Augusto Franco, Bairro Capucho, nesta capital, nos dias úteis, no horário das 9h às 18h (horário local).
- 13.7.** Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente fará a adjudicação do objeto e homologará o procedimento licitatório.

14 – DA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
--

- 14.1.** Os licitantes classificados deverão assinar a Ata de Registro de Preços no prazo de cinco dias úteis, contados da data do recebimento da convocação.
- 14.1.1.** Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, as quais deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 14.1.2.** O vencedor da licitação que não fizer a comprovação referida no subitem 14.1.1 ou quando, injustificadamente, recusar-se a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após comprovados os requisitos habilitatórios e feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 14.1.3.** Para aqueles licitantes com sede em Aracaju/SE, a Ata de Registro de Preços deverá ser assinada na Seção de Licitações e Contratos da Seção Judiciária de Sergipe, no endereço constante do preâmbulo, por representante legal, diretor ou sócio da empresa, devidamente acompanhado de procuração ou contrato social e cédula de identificação.
- 14.1.4.** No caso de licitantes domiciliados em local diverso da Sede da Seção Judiciária de Sergipe, o envio da Ata de Registro de Preços se dará por meio de correio eletrônico, fac-símile ou de Aviso de recebimento – AR a ser postado através da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.
- 14.2.** O prazo para a assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado por uma única vez, desde que solicitado formalmente durante o transcorrer do prazo e ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 14.3.** A existência de preços registrados não vincula a Administração a firmar contratações que deles possam advir, não gerando às licitantes direito a indenizações de quaisquer espécies.
- 14.3.** Respeitada a legislação pertinente às licitações e ao registro de preços, fica facultada à Administração a realização de certame específico para a aquisição pretendida, assegurando-se ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

15 – DA CONTRATAÇÃO

- 15.1.** As licitantes que tenham seus preços registrados obrigar-se-ão a cumprir todas as condições dispostas na Ata de Registro de Preços, Anexo V deste Edital.
- 15.2.** A cada aquisição será emitida Nota de Empenho respectiva em favor da licitante vencedora.
- 15.3.** Como condição para emissão da nota de empenho a empresa vencedora deverá manter as mesmas condições de habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.
- 15.4.** A licitante vencedora terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, após a convocação, para retirada da nota de empenho.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 15.5.** O prazo de retirada da nota de empenho poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo vencedor durante o seu transcurso, desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.
- 15.6.** A Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária de Sergipe reserva-se o direito de aumentar as quantidades do objeto da licitação, conforme disposto no art. 65, da Lei n. 8.666/93.

16 – DA ENTREGA DOS PRODUTOS

- 16.1.** O fornecimento do objeto deste edital deverá ser efetuado, no prazo de 60 (sessenta) dias consecutivos a contar do recebimento da nota de empenho, na sede desta Seção Judiciária, Seção de material e patrimônio, 1º andar, Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Bairro Capucho, Aracaju - SE, de segunda à sexta-feira das 9 às 18 horas;
- 16.2** O produto entregue deverá obedecer às características físicas e técnicas correspondentes aos elementos contidos na especificação e na descrição complementar expressa no anexo I;
- 16.3.** O material fornecido será analisado pelo Setor responsável e estará sujeito a remessa para confirmação de autenticidade junto ao fabricante, se aplicável.
- 16.4** Os produtos serão recusados se não forem aprovados nos testes ou se forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas e propostas.
- 16.5.** Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no item acima, a licitante vencedora deverá providenciar a substituição dos produtos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da comunicação feita pela Justiça Federal.
- 16.6.** O objeto deste edital será recebido pela Chefia da Seção de Material e Patrimônio, mediante verificação da conformidade com os termos deste Edital e seus Anexos, se for o caso, com a proposta e com o contrato ou instrumento equivalente e sua conseqüente aceitação por meio de atestação exarada na Nota Fiscal/Fatura emitida pela contratada, procedendo-se a observações, se necessário.

17 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 17.1.** As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União para o presente exercício, estando classificadas no Programa de Trabalho 000821, nos elementos de despesa 333903017 e 3449052.
- 17.2.** Para fazer face à despesa, será emitida nota de empenho pela Seção de Execução Orçamentária e Financeira desta Seccional.

18 – DO PAGAMENTO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 18.1.** O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal pela Contratada e será creditado em conta-corrente através de ordem bancária.
- 18.1.1.** Será considerada como termo inicial do prazo previsto para o pagamento, a data do “atesto” exarado na nota fiscal.
- 18.2.** A Seção Judiciária de Sergipe terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis ou 25 (vinte e cinco) dias corridos, conforme o caso se amolde ou não ao §3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93, para proceder ao pagamento. Caso não seja efetuado neste período, serão devidos à Contratada juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data de vencimento do prazo para pagamento até a data da emissão da ordem bancária.
- 18.3.** Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susinado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Seção Judiciária.
- 18.4.** A Seção Judiciária de Sergipe poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa.

19 – DAS PENALIDADES

- 19.1.** Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato/retirar nota de empenho ou não assinar a ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 19.2.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 19.3.** As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 19.4.** As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.
- 19.5.** Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.
- 19.6.** Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sergipe deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 19.7.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa de até 10% do valor a ele adjudicado.
- 19.8.** Pelo cometimento de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao ÓRGÃO registrador; será aplicada advertência.
- 19.9.** A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados.
- 19.10.** A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de até 15% do valor do ajuste.
- 19.11.** As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade:
- I. atraso de até 15 dias: multa de até 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;
 - II. atraso de 16 até 30 dias: multa de até 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;
 - III. atraso de 31 até 60 dias: multa de até 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas;
 - IV. atraso superior a 60 dias será considerado inexecução total do ajuste.
- 19.12.** Nos casos de materiais não entregues no prazo estipulado, o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.
- 19.13.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 19.14.** Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos produtos desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.
- 19.15.** A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser dirigida à Secretaria Administrativa desta Seccional, no horário de 9h às 18h (horário local), até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério da Seção Judiciária a sua aceitação.

20 – DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL
--

- 20.1.** A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.

21 – DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

- 21.1.** Os preços registrados poderão ser cancelados de pleno direito:



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 21.1.1.** Pela autoridade administrativa competente da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:
- 21.1.1.1.** A empresa fornecedora não cumprir as obrigações dela constantes;
 - 21.1.1.2.** A empresa fornecedora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a autoridade competente, consultada a unidade requisitante, não aceitar sua justificativa;
 - 21.1.1.3.** A empresa fornecedora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em alguma das hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
 - 21.1.1.4.** Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
 - 21.1.1.5.** Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a fornecedora não aceitar reduzir o preço registrado;
 - 21.1.1.6.** Por razões de interesse público, devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 21.1.2.** Pelo fornecedor, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 21.1.2.1.** A solicitação da(s) fornecedora(s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Diretoria do Foro desta Seccional, sendo a esta facultada à aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
- 21.2.** Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa fornecedora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.
- 21.2.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por 02 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

22 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 22.1.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.
- 22.2.** A critério do Juiz Federal Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sergipe a presente licitação poderá ser:
 - 22.2.1.** Adiada, por conveniência exclusiva da Administração;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 22.2.2.** Revogada, a juízo da Administração, se considerada inoportuna ou inconveniente ao interesse público, decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta;
- 22.2.3.** Anulada, se houver ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.
- 22.3.** A anulação do procedimento licitatório induz à da contratação.
- 22.4.** É facultado ao Pregoeiro ou à autoridade superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução de assunto relacionado ao presente Edital.
- 22.5.** A licitante é responsável administrativa, civil e penalmente pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase desta licitação.
- 22.6.** Na contagem dos prazos previstos neste Edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.
- 22.7.** Independentemente de declaração expressa, a simples participação neste certame implicará na aceitação plena das condições estipuladas no presente Edital e submissão às normas nele contidas.
- 22.8.** São partes integrantes deste Edital os seguintes documentos:
- a) Anexo I - Termo de Referência;
 - b) Anexo II - Modelo de Declaração da Existência de Fatos Impeditivos da Habilitação (exigida somente em caso positivo);
 - c) Anexo III - Modelo de Declaração Negativa referente ao Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal; e
 - d) Anexo IV - Preços Máximos a que a Administração se dispõe a pagar.
 - e) Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preços.
- 22.09.** Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

Maiores informações acerca da presente licitação e/ou quaisquer dados necessários à complementação das especificações poderão ser obtidos junto ao Pregoeiro ou a Equipe de Apoio ao Pregoeiro, no endereço constante do preâmbulo deste Edital ou pelo fone (79) 3216-2300, fax (79) 3216-2244, nos dias úteis, das 09h às 18h (horário local).

Aracaju/SE, 1º de dezembro de 2009.

Andrews Monteiro Almeida
Pregoeiro



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2009 –E
Processo Administrativo nº 2012/09

Termo de Referência

Atualização do Parque de Informática

Em razão do disposto no art. 8.º, incisos I e II, do Decreto n.º 3.555, de 08/08/2000, cumpre-se apresentar o estudo preliminar denominado “Termo de Referência”, com objetivo de reunir elementos necessários e suficientes à caracterização do objeto a ser contratado, fornecendo subsídios para a montagem do plano de licitação e contratação do(s) bem(ns) e/ou serviço(s) a ser(em) adquiridos(s) a preços praticados no mercado.

1. DO OBJETO

- 1.1. Constitui o objeto desta licitação é o registro de preços para aquisição de bens de informática, para ampliação do parque de informática, necessários a substituição dos equipamentos antigos. O objetivo desta contratação é prover maior celeridade na prestação jurisdicional com uma melhor e mais rápida execução dos procedimentos processuais desta Seção Judiciária.

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA
01	25	Un	Notebook de 12” ou 12.1” na Cor Preta, ou na Cor Prata ou nas Cores Preta/Prata, com Processador com clock de no mínimo 1,9 GHz, Memória mínima de 2GB com frequência mínima DDR2 667 MHz, Disco Rígido com no mínimo 120GB, Gravador de DVD (DVDRW + CDRW) integrado, Tela LCD de com tela de 12” ou 12.1” tipo WideScreen; (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).
02	10	Un	Projeter multimídia digital de 2000 lumens com resolução mínima de 1024 x 768 dpi. (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

ITEM	QUANT.	UNID.	DESCRIÇÃO DETALHADA
03	80	Un	Scanner de Mesa com suporte a digitalização de mesa com sistema duplex com resolução mínima de hardware e óptica 2400 x 2400 dpi. (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).
04	50	Un	Impressora laser local com interface USB; Velocidade de impressão de no mínimo 19ppm; Resolução (DPI) de 600 x600; (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).
05	100	Un	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item "4", não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 1.500 páginas.
06	30	Un	Impressora Laser com Duplex com Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm; Resolução de impressão mínima:1200x1200 dpi.; (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).
07	60	Un	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item "6", não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 10.000 páginas.
08	06	Un	Tela de projeção retrátil, constituída de estojo metálico em aço com pintura eletrostática anti-corrosiva, formato quadrado (1:1). (Demais especificações no Item correspondente deste Termo de Referência).

1.2 - NOTEBOOK COM TELA DE 12" OU 12,1" COM PROCESSADOR

1.2.1 Cor

- a) O Notebook deverá ser na Cor Preta, ou na Cor Prata ou nas Cores Preta/Prata

1.2.2 Processador

- a) Processador com Núcleo Duplo com no mínimo 1MB de cache, e clock de no mínimo 1,9 GHz;

1.2.3 Memória

- a) Memória RAM com no mínimo 2GB com frequência mínima DDR2 667 MHz;
b) Disco Rígido com no mínimo 120GB com rotação de no mínimo 5.400 RPM;
c) Gravador de DVD (DVDRW + CDRW) integrado;

1.2.4 Vídeo

- a) Tela LCD com tela de 12" ou 12,1" tipo WideScreen WXGA;
b) Capacidade de Exibição para até 16,7 Milhões de Cores;
c) Saída VGA para monitor externo;

1.2.5 Sistema Operacional



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

a) Sistema operacional Microsoft Windows XP, idioma português Brasil, com a respectiva licença de uso, pré-instalado na partição principal; Recursos de restauração do equipamento (obrigatoriamente do mesmo fabricante da CPU) para versão original de fábrica com sistema operacional e device drivers. Deverá ser fornecido um conjunto de mídias de instalação do sistema operacional, drivers e software fornecido com o equipamento. O sistema da recuperação/restore deverá ser através de mídia CD/DVD ROM. Caso seja fornecido o Windows Vista, deverá ser fornecida a opção de fazer downgrade para o Windows XP Professional com suporte a todos os drivers de dispositivos. Apresentar relatório emitido pela lista de compatibilidade HCL da Microsoft, comprovando que este produto especificamente ou esta linha de produtos esta homologado para uso com o Microsoft Windows Vista Business x86 e Windows XP Professional.

1.2.6 Multimídia

- a) Controlador de áudio integrado;
- b) No mínimo 2 Auto-falantes;
- c) Microfone embutido;
- d) Saída para fone de ouvido;

1.2.7 Slots de Expansão

- a) No mínimo 01 slot tipo CardReader integrado com capacidade de leitura para cartões do tipo Secure Digital (SD), e do tipo MS Pro;

1.2.8 Modem

- a) Controlador de modem integrado com saída RJ11;

1.2.9 Rede

- a) Controlador de rede integrado padrão de rede 10/100, compatível com Plug and Play para os Sistemas Windows 2000/XP;
- b) Controlador de Rede Sem Fio 802.11 B/G;
- c) Bluetooth integrado;

1.2.10 Interfaces

- a) No mínimo 3 portas USB 2.0;
- b) 01 porta para rede local – conector RJ-45;
- c) 01 porta para Fax-Modem – conector RJ11;
- e) 01 porta VGA para monitor externo;
- f) 01 saída para fones de ouvido;
- g) 01 entrada para microfone;
- h) 01 conector de entrada DC;

1.2.11 Fonte de Alimentação e Bateria

- a) Adaptador de Força AC Auto 100~240V;
- b) Bateria de Li-Ion;
- c) Compatível com sistemas de economia de energia;
- d) Autonomia de bateria de no mínimo 2h;
- e) Alerta de carga mínima com aviso sonoro;

1.2.12 Outras Características

- a) Touchpad com botões (Direito e Esquerdo);
- b) Peso de no máximo 2,05 Kg com bateria;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- c) Garantia de **3 anos** on site;
- d) deverá vir acompanhado de:
 - cabo de força; discos de recuperação e drivers; bolsa para transporte com alça na cor preta.

1.3 - PROJETOR MULTIMÍDIA DIGITAL DE 2000 LUMENS

- 1.3.1 Brilho Mínimo de 2000 lumens ANSI;
- 1.3.2 Profundidade de Bits Aproximado a 16,7 milhões;
- 1.3.3 Durabilidade da lâmpada Mínimo de 4.000 horas;
- 1.3.4 Fonte luminosa: Lâmpada de projeção UHP de 210 watts, vida com vida útil mínima de 4.000 horas;
- 1.3.5 Resolução de projetor 1024 x 768 XGA;
- 1.3.6 Capacidade de zoom Óptico (1.2);
- 1.3.7 Distância de projeção aproximadamente 1.5 a 9.1m;
- 1.3.8 Controle remoto de mão sem fio com função de mouse USB;
- 1.3.9 Correção Keystone +/- 20° (Vertical);
- 1.3.10 Tecnologia Keystone Correção vertical keystone eletrônica avançada;
- 1.3.11 Compatibilidade de vídeo SXGA+, SXGA, XGA, SVGA, VGA, MAC;
- 1.3.12 Ângulo de inclinação Mínimo de 10 graus;
- 1.3.13 Tamanho da Imagem projetada Ajustável, de 0,9398 a 2,794 m (na diagonal);
- 1.3.14 Vídeo Composto Saída RCA;
- 1.3.15 Consumo de Energia Máximo de 250 watts;
- 1.3.16 Faixa de temperatura de Operação entre 10 a 35 °C;
- 1.3.17 Dimensões Métricas Máximas de 279 x 102 x 254mm (L x A x P);
- 1.3.18 Peso Máximo 3,5kg
- 1.3.19. Deve vir acompanhado dos respectivos cabos de força e **USB 2.0, maleta para transporte**, mais a mídia contendo os drivers de instalação;
- 1.3.20 Garantia Mínima de **03 anos** on site.

1.4 - SCANNER DE MESA

- 1.4.1. Tipo de digitalização de mesa com sistema duplex;
- 1.4.2. Número de bits: 48 com digitalização em cores;
- 1.4.3. Resolução mínima de hardware e óptica 2400 x 2400 dpi;
- 1.4.4. Escala de cinza em 256 cores;
- 1.4.5. Velocidade mínima de pré-visualização em até 8 segundos;
- 1.4.6. Ser munido de alimentador automático de papel com funcionamento para duplex;
- 1.4.7. Possuir porta de comunicação USB compatível com o padrão 2.0;
- 1.4.8. A alimentação deve variar de 100 a 240 VAC 60 Hz;
- 1.4.9. Deve ser compatível com os sistemas operacionais Microsoft 2000, XP Professional e Vista Business;
- 1.4.10. Deve vir acompanhado dos **respectivos cabos de força e USB 2.0**, mais



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

a mídia contendo os drivers de instalação;

- 1.4.11. Garantia mínima de **3 anos** no local, com cobertura total dos serviços e peças, transporte, por conta do fabricante.

1.5 – IMPRESSORA LASER LOCAL

- 1.5.1. Interface de comunicação local USB;
- 1.5.2. Velocidade de impressão de no mínimo 19ppm;
- 1.5.3. Impressão monocromática;
- 1.5.4. Processo de impressão a laser;
- 1.5.5. Resolução (DPI) de 600 x 600;
- 1.5.6. Toner com capacidade para no mínimo 1500 páginas, 5% de cobertura em papel A4;
- 1.5.7. Memória padrão de no mínimo 16 MB;
- 1.5.8. Ciclo de trabalho mínimo de 5000 páginas/mês;
- 1.5.9. Gerenciamento de papel da bandeja de entrada para um mínimo de 150 folhas mais alimentador multiuso de no mínimo 100 folhas;
- 1.5.10. Bandeja de saída para um mínimo de 150 folhas;
- 1.5.11. Deve vir acompanhado dos **respectivos cabos de força e USB 2.0** e software de administração da impressora;
- 1.5.12. Garantia mínima de **3 anos** no local, com cobertura total dos serviços e peças, transporte, por conta do fabricante.

1.6 - IMPRESSORA LASER MONOCROMÁTICA COM DUPLEX

- 1.6.1. Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm;
- 1.6.2. Resolução de impressão mínima:1200x1200 dpi.;
- 1.6.3. Tempo de impressão da primeira página de no máximo 9 segundos;
- 1.6.4. Compatível com: Windows 2000, 2003 e XP;
- 1.6.5. Linguagem de Impressão: PCL 5e, PLC6;
- 1.6.6. Cada impressora deverá estar acompanhada do CD de instalação com os respectivos drivers para os ambientes operacionais citados acima;
- 1.6.7. Tamanhos: Papel A4, carta, ofício e executivo, etiquetas, transparências, envelopes e cartões e outros papéis de tamanhos personalizados a partir de 77x130mm;
- 1.6.8. Entrada: mínimo de 02 entradas de papel(gavetas);
- 1.6.9. Quantidade mínima de folhas nas gavetas: 1000 folhas;
- 1.6.10. Bandeja de saída: de no mínimo 200 folhas;
- 1.6.11. Processador mínimo de 400 MHz;
- 1.6.12. Memória RAM mínima instalada de 64 Mb;
- 1.6.13. Mínimo de 20.000 páginas por mês;
- 1.6.14. Tonner e cilindro integrados num único elemento;
- 1.6.15. Capacidade do cartucho de tonner inicial de no mínimo 3.000 páginas com 5% de cobertura;
- 1.6.16. Os cartuchos de tonner devem ser originais do fabricante da impressora;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 1.6.17. Interface USB (Universal serial Bus) 2.0, **com cabo 2.0 incluso**;
- 1.6.18. Interface Ethernet 10/100 Base TX (RJ-45) Interna;
- 1.6.19. Todas as interfaces citadas deverão ser internas;
- 1.6.20. Tensão de alimentação: 110 ou 220 VAC;
- 1.6.21. Freqüência: 60 Hz;
- 1.6.22. Cabo de alimentação: com no mínimo 1,5m de comprimento;
- 1.6.23. Garantia mínima de **3 anos** no local, com cobertura total dos serviços e peças, transporte, por conta do fabricante;
- 1.6.24. Em caso de retirada para reparo em laboratório, o período total entre o chamado e a devolução do equipamento devidamente reparado não poderá ultrapassar 15 dias.

1.7 - TELA DE PROJEÇÃO RETRÁTIL

- 1.7.1 Constituída de estojo metálico em aço com pintura eletrostática anti-corrosiva;
- 1.7.2 Mecanismo de velocidade de retração para acionamento manual;
- 1.7.3 Formato quadrado (1:1);
- 1.7.4 Dimensões mínimas (L x A) (metros) - 2,00 x 2,00;
- 1.7.5 Tripé telescópico com ajuste de altura por gatilho de acionamento;
- 1.7.6 Garantia mínima de **02 anos** no local.

2. DA JUSTIFICATIVA

Equipamentos de Informática necessários à composição do parque tecnológico da Seção Judiciária de Sergipe tendo em vista proporcionar uma maior celeridade e eficiência nas atribuições de cada setor, prevendo-se, inclusive, à interiorização da JFSE com novas Varas em outros municípios do Estado de Sergipe. O uso de equipamentos mais sofisticados e eficientes proporcionará uma melhor utilização das rotinas dos sistemas Tebas e Creta e serão a base para o início do processo de virtualização nesta Seccional.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

3. DO PRAZO DE ENTREGA

3.1 - Os fornecedores deverão entregar os produtos no prazo máximo de **60 (sessenta) dias** corridos a contar da data da publicação do Contrato no Diário Oficial ou meio similar.

4. DO LOCAL DE ENTREGA

4.1 - O material deverá ser entregue na sede da Justiça Federal de 1º Grau em Sergipe, na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, bairro Capucho, Aracaju/SE, no horário das 9 às 18 horas, ao responsável pela Seção de Material e Patrimônio.

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 - Assumir todos e quaisquer ônus referentes a salários, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

5.2 – Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes do Processo Licitatório;

5.3 - Fornecer o item, dentro das especificações e exigências do edital de licitação e do prazo estabelecido;

5.4 – O fornecedor dos produtos deverá indicar o nome de pelo menos uma assistência técnica local, autorizada pelo fabricante do respectivo equipamento que deverá ser comprovado por meio da respectiva documentação ou endereço WEB do fabricante.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 - Prestar os esclarecimentos que venham a ser solicitados;

6.2 - Manter local disponível para o recebimento dos equipamentos.

7. DA GARANTIA

7.1 - Prazo mínimo de **03 anos** de garantia, **com exceção do item 1.7.**

Aracaju, 16 de outubro de 2009.

Adauton Luiz Borél

Diretor do Núcleo de T. I.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 25/2009-E
Processo Administrativo nº. 2012/2009

ANEXO - II

DECLARAÇÃO DE SUPERVENIÊNCIA

Declaro, sob as penas da lei, estar obrigado(a) a comunicar a existência de fatos supervenientes ou de que tenha tomado conhecimento após o julgamento da fase de habilitação que possam ensejar a desclassificação/inabilitação no presente certame da empresa _____, CNPJ n° _____, com endereço na Avenida/Rua _____, nesta Capital.

Aracaju/SE, ____ de _____ de 2009.

Assinatura do responsável
CPF n. _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 25/2009-E
Processo Administrativo n. 2012/2009

ANEXO - III

MODELO

DECLARAÇÃO

Ref: Pregão Eletrônico nº. 25/09-E

_____, inscrita no CNPJ n. _____, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a) _____, portador da carteira de identidade n. _____, CPF n. _____, **DECLARA**, para os fins do disposto no inciso V do art. 27 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei n. 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

Aracaju/SE, ____ de _____ de 2009.

Assinatura do responsável
CPF n. _____



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

PREGÃO N° 025/2009 - E

ANEXO – IV

PREÇO MÁXIMO ADMITIDO PELA ADMINISTRAÇÃO

O preço unitário máximo que a Administração se dispõe a pagar pelo material está descrito na tabela abaixo:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL	UNID	Qtde.	PREÇO MÁXIMO UNITÁRIO
1	Notebook de 12” ou 12.1” na Cor Preta, ou na Cor Prata ou nas Cores Preta/Prata, com Processador com clock de no mínimo 1,9 GHz, Memória mínima de 2GB com frequência mínima DDR2 667 MHz, Disco Rígido com no mínimo 120GB, Gravador de DVD (DVDRW + CDRW) integrado, Tela LCD de com tela de 12” ou 12.1” tipo WideScreen; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).	UND.	25	2.066,00
2	Projektor multimídia digital de 2000 lumens com resolução mínima de 1024 x 768 dpi. (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).	UND.	10	2.534,10
3	Scanner de Mesa com suporte a digitalização de mesa com sistema duplex com resolução mínima de hardware e óptica 2400 x 2400 dpi. (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).	UND.	80	2.002,02
4	Impressora laser local com interface USB; Velocidade de impressão de no mínimo 19ppm; Resolução (DPI) de 600 x600; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).	UND	50	2.212,22
5	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item “4”, não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 1.500 páginas.		100	275,67
6	Impressora Laser com Duplex com Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm; Resolução de impressão mínima:1200x1200 dpi.; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		30	1.399,00



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

7	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item “6”, não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 10.000 páginas.	60	239,00
8	Tela de projeção retrátil, constituída de estojo metálico em aço com pintura eletrostática anti-corrosiva, formato quadrado (1:1). (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).	06	456,90



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

PREGÃO ELETRÔNICO - SRP – nº 25/2009-E
Processo Administrativo n. 2012/2009

ANEXO V

MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº ____/2009-E

PROCESSO N. 2012/2009-JF/SE
PREGÃO N. 25/2009-E
VALIDADE: 01 (um) ano

Aos ** dias do mês de ***** do ano de dois mil e nove, na Justiça Federal de Primeiro Grau, Seção Judiciária de Sergipe, localizada na Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Centro Administrativo Augusto Franco, Bairro Capucho, Aracaju/SE, nos termos do art. 15 da Lei Federal n.º 8.666/93; Lei n.º 10.520, de 17 de julho de 2002; Decreto n.º 3.555, de 08 de agosto de 2000, publicado no D.O.U. de 09 de agosto de 2000; Decreto n.º 5.450, de 31 de maio de 2005, Publicado no D.O.U. de 01 de junho de 2005; Decreto n.º 3.342, de 23 de agosto de 2002, publicado no D.O.U de 26 de agosto de 2002; Decreto n.º 3.931, de 19 de setembro de 2001; Decreto n.º 3.784, de 06 de abril de 2001, publicado no D.O.U de 09 de abril de 2001 e as demais normas legais aplicáveis, de acordo com o resultado da classificação das propostas apresentadas no PREGÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS n.º 25/2009, publicado no D.O.U n.º ***** do dia **/**/2009, transcurso o prazo para interposição de recursos e a necessária homologação, conforme fls. ** do Processo Administrativo nº 2012/2009, **RESOLVE** registrar o(s) preço(s) da(s) empresa(s), xxxxxxxxxxxx, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) por item, observadas as condições do edital que integra este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o Registro de Preços para aquisição de bens de informática, para atender as necessidades da Justiça Federal do Estado de Sergipe, de acordo com as especificações e quantitativos detalhados no Termo de Referência - Anexo I do Edital do Pregão Eletrônico nº. 25/2009, que passa fazer parte, para todos os efeitos, desta Ata, juntamente com a(s) proposta(s) do(s) licitante(s) vencedor(es), bem como com quadros discriminando a classificação dos proponentes e seus preços apresentados.

2. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 2.1.** O registro de preços formalizado na presente Ata terá validade de 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura.
- 2.2.** A partir da vigência da Ata de Registro de Preços, o licitante se obriga a cumprir integralmente todas as condições estabelecidas, sujeitando-se, inclusive, às penalidades pelo descumprimento de quaisquer de suas cláusulas.
- 2.3.** As quantidades previstas no Termo de Referência – Anexo I - são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se a Justiça Federal – Seção



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

Judiciária de Sergipe – o direito de adquirir em cada item o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item ou lote especificado.

3. DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O gerenciamento da presente Ata caberá a servidor devidamente nomeado pela Direção do Foro da Seção Judiciária do Estado de Sergipe.

4. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

- 4.1. A presente Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que comprovada a vantagem, nos termos do art. 8º do Decreto n. 3.931, de 19 de setembro de 2001 e do art. 8º de Decreto nº 4.342, de 30 de agosto de 2002.

- 4.1.1. A utilização referida neste item deverá observar o quantitativo de até cem por cento do total registrado na Ata de Registro de Preços, nos termos do § 3º do art. 8º do Decreto n.º 3.931/2001.

5. DO PREÇO, ESPECIFICAÇÃO E CONSUMO

- 5.1. As especificações dos materiais registrados, os fornecedores, as quantidades e os preços registrados encontram-se contidos na tabela abaixo.

Item	Especificação do Material	Fornecedor	Quant.	Preço unitário registrado	Valor total registrado
01	Notebook de 12" ou 12.1" na Cor Preta, ou na Cor Prata ou nas Cores Preta/Prata, com Processador com clock de no mínimo 1,9 GHz, Memória mínima de 2GB com frequência mínima DDR2 667 MHz, Disco Rígido com no mínimo 120GB, Gravador de DVD (DVDRW + CDRW) integrado, Tela LCD de com tela de 12" ou 12.1" tipo WideScreen; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		25		
02	Projektor multimídia digital de 2000 lumens com resolução mínima de 1024 x 768 dpi. (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		10		



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

03	Scanner de Mesa com suporte a digitalização de mesa com sistema duplex com resolução mínima de hardware e óptica 2400 x 2400 dpi. (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		80		
04	Impressora laser local com interface USB; Velocidade de impressão de no mínimo 19ppm; Resolução (DPI) de 600 x600; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		50		
05	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item “4”, não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 1.500 páginas.		100		
06	Impressora Laser com Duplex com Velocidade de impressão de no mínimo 30ppm; Resolução de impressão mínima:1200x1200 dpi.; (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		30		
07	Cartucho tonner para impressora laser compatível com o item “6”, não podendo ser recondicionado ou ter qualquer característica que venha a interferir na garantia original do fabricante do equipamento, o cartucho de tonner deverá possuir autonomia mínima de 10.000 páginas.		60		
08	Tela de projeção retrátil, constituída de estojo metálico em aço com pintura eletrostática anti-corrosiva, formato quadrado (1:1). (Demais especificações do Item conforme Termo de Referência).		06		

6. DO LOCAL, PRAZO DE ENTREGA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

- 6.1** O fornecimento do objeto desta ARP deverá ser efetuado, no prazo de 60 (trinta) dias a contar do recebimento da nota de empenho, na sede desta Seção Judiciária, Seção de Material e Patrimônio, 1º andar, Centro Administrativo Governador Augusto Franco - CENAF, Av. Dr. Carlos Rodrigues da Cruz, 1500, Bairro Capucho, Aracaju - SE, de segunda à sexta-feira das 9 às 18 horas;
- 6.2** O produto entregue deverá obedecer às características físicas e técnicas correspondentes aos elementos contidos na especificação e na descrição complementar expressa no anexo I, estando em perfeito estado, sem amassados, riscos, arranhados e sem apresentar quaisquer danos ou alterações.;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 6.3** O material fornecido será analisado pelo Setor responsável e estará sujeito a remessa para confirmação de autenticidade junto ao fabricante, se aplicável.
- 6.4** Os produtos serão recusados se não forem aprovados nos testes ou se forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas e propostas.
- 6.5** Ocorrendo qualquer das hipóteses previstas no item acima, a fornecedora deverá providenciar a substituição dos produtos no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias consecutivos, contados a partir da comunicação feita pela Justiça Federal.
- 6.6** O objeto desta ARP será recebido pela Chefia da Seção de Material e Patrimônio, mediante verificação da conformidade com os termos deste Edital e seus Anexos, se for o caso, com a proposta e com o contrato ou instrumento equivalente e sua conseqüente aceitação por meio de atestação exarada na Nota Fiscal/Fatura emitida pela contratada, procedendo-se a observações, se necessário
- 6.7** O fornecedor com preço registrado fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, as alterações que se fizerem necessárias, nos termos do art. 65, § 1º e § 2º, inc. II, da Lei n.º 8.666/93.

7. DO PAGAMENTO

- 7.1.** O pagamento será efetuado mediante apresentação de nota fiscal pela Contratada e será creditado em conta-corrente através de ordem bancária.
- 7.1.1.** Para fins de pagamento a empresa contratada deverá manter as mesmas condições da habilitação, cuja confirmação será feita através de consulta ao SICAF ou através da internet nos respectivos sites dos órgãos emissores das certidões de regularidade fiscal.
- 7.2.** Será considerada como termo inicial do prazo previsto para o pagamento, a data do “atesto” exarado na nota fiscal.
- 7.3.** A Seção Judiciária de Sergipe terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis ou 25 (vinte e cinco) dias corridos, conforme o caso se amolde ou não ao §3º do art. 5º da Lei nº 8.666/93, para proceder ao pagamento. Caso não seja efetuado neste período, serão devidos à Contratada juros de mora de 0,03% (três centésimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data de vencimento do prazo para pagamento até a data da emissão da ordem bancária.
- 7.4.** Havendo erro na nota fiscal/fatura, ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será susgado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a Seção Judiciária.
- 7.5.** A Seção Judiciária de Sergipe poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

8. DA CONTRATAÇÃO



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 8.1 Durante o prazo de validade do registro, as empresas fornecedoras poderão ser convidadas a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, no Edital e nas determinações contidas na legislação pertinente.
- 8.2. A contratação será sempre representada pela Nota de Empenho, ou instrumento equivalente, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento ou retirada do(a) mesmo(a) pela fornecedora da Ata de Registro de Preços.
- 8.3. Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei Federal n.º 8.666/93, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

9. DAS PENALIDADES

- 9.1. Aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato/retirar a nota de empenho, deixar de entregar documentação exigida no edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, garantido o direito à ampla defesa, ficará impedido de licitar e de contratar com a União, e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, sem prejuízo das multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais.
- 9.2. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 9.3. As sanções deverão ser aplicadas de forma gradativa, observados os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.
- 9.4. As sanções serão aplicadas após regular processo administrativo com garantia de defesa prévia.
- 9.5. Configurado o descumprimento da obrigação contratual, será o contratado notificado da infração e da penalidade correspondente, para, no prazo de cinco dias úteis, apresentar defesa.
- 9.6. Recebida a defesa, o Diretor do Foro da Seção Judiciária de Sergipe deverá manifestar-se, motivadamente, sobre o acolhimento ou rejeição das razões apresentadas, para concluir pela imposição ou não da penalidade.
- 9.7. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar, aceitar ou retirar o contrato ou instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido pela Administração ensejará a multa de até 10% do valor a ele adjudicado.
- 9.8. Pelo cometimento de infrações de menor gravidade que não ensejem prejuízos ao ÓRGÃO registrador; será aplicada advertência
- 9.9. A inexecução parcial do ajuste ensejará a aplicação de multa de até 20% calculada sobre o valor dos materiais não entregues ou serviços não executados.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 9.10.** A inexecução total do contrato ensejará a aplicação de multa de até 15 % do valor do ajuste.
- 9.11.** As multas por atraso serão aplicadas na seguinte conformidade:
- I.** atraso de até 15 dias: multa de até 0,2% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.
 - II.** atraso de 16 até 30 dias: multa de até 0,3% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.
 - III.** atraso de 31 até 60 dias: multa de até 0,4% x dias de atraso x valor referente às obrigações não cumpridas.
 - IV.** atraso superior a 60 dias será considerado inexecução do ajuste.
- 9.12.** Nos casos de materiais não entregues no prazo estipulado o atraso será contado a partir do primeiro dia útil subsequente ao término do prazo estabelecido para a entrega.
- 9.13.** As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a outra.
- 9.14.** Poderá ser prorrogado o prazo de entrega dos produtos desde que a contratada apresente justificativa devidamente fundamentada e por escrito, nos casos previstos pelo art. 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei N. 8.666/93, e alterações posteriores.
- 9.15.** A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega dos materiais, deverá ser dirigida à Secretaria Administrativa desta Seccional, no horário de 9h às 18h (horário local), até a data de vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério da Seção Judiciária a sua aceitação.

10. DA INEXECUÇÃO E DA RESCISÃO CONTRATUAL

- 10.1.** A inexecução parcial ou total do Contrato dará ensejo a sua rescisão, atendido o disposto nos artigos 77 a 80 da Lei N° 8.666, de 21 de junho de 1993.

11. DA ALTERAÇÃO DOS PREÇOS

- 11.1.** Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata de Registro de Preços, sendo a matéria disciplinada pelo artigo 12 do Decreto n. 3.931/2001.

12. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

- 12.1.** Os preços registrados poderão ser cancelados de pleno direito:
- 12.1.1.** Pela autoridade administrativa competente da Seção Judiciária do Estado de Sergipe, mediante comunicação da unidade requisitante, quando:
 - 12.1.1.1.** a fornecedora não cumprir as obrigações dela constantes;



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
 Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

- 12.1.1.2.** a fornecedora não retirar a nota de empenho no prazo estabelecido e a unidade requisitante não aceitar sua justificativa;
 - 12.1.1.3.** a fornecedora der causa à rescisão administrativa da contratação decorrente deste instrumento de registro de preços, em algumas hipóteses previstas no art. 78, inciso I a XII, ou XVII, da Lei Federal n.º 8.666/93, com as respectivas alterações posteriores;
 - 12.1.1.4.** em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação decorrente deste instrumento de registro;
 - 12.1.1.5.** os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado e a contratada não aceitar reduzir o preço registrado;
 - 12.1.1.6.** por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração.
- 12.1.2.** Pelo fornecedor, na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior devidamente comprovados.
- 12.1.2.1.** A solicitação da (s) fornecedora (s) para cancelamento dos preços registrados deverá ser dirigida à Diretoria do Foro desta Seccional, sendo a esta facultada a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.
- 12.2.** Ocorrendo o cancelamento do registro de preços pela Administração, a empresa fornecedora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento, devendo este ser anexado ao processo que tiver dado origem ao registro de preços.
- 12.2.1.** No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da fornecedora, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial da União, por 2 (duas) vezes consecutivas, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
 - 12.2.2.** Fica estabelecido que a fornecedora da Ata deverá comunicar imediatamente à Seção de Almoxarifado e Patrimônio qualquer alteração ocorrida no endereço, telefone, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência e outros documentos.

13. DAS ALTERAÇÕES

13.1. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 14.1.** Integram esta Ata, o Edital do Pregão n.º 25/2009, as propostas com preços, especificações, consumo estimado, quadro com a ordem classificatória das empresas e seus preços apresentados no referido certame.
- 14.2.** O(s) caso(s) omissos serão resolvidos de acordo com a Lei Federal n.º 8.666/93, alterada pela Lei Federal n.º 8.883/94 e pela Lei Federal n.º 9.648/98, e com as



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL DE 1º GRAU
Seção Judiciária de Sergipe
Fórum Ministro Geraldo Barreto Sobral

demais normas aplicáveis. Subsidiariamente, aplicar-se-ão os princípios gerais de Direito Público.

E por estarem assim justos e compromissados, foi lavrado este instrumento que, após lido, conferido e achado conforme, vai assinado pelas partes.

Aracaju/SE, ** de ***** de 2009

Juiz Federal XXXXXXXXXXXXXXXX
Diretor do Foro

Representantes:
